



Oficina

Corporalidades e Afetividades

Assegurando acesso e qualidade nos serviços
para construção da cidadania



Fundo de População
das Nações Unidas

Este material foi desenvolvido sob a orientação e supervisão da área de Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil e é parte do projeto Prevenção e Redução da Gravidez na Adolescência nos Municípios do Oeste do Paraná, em parceria com a ITAIPU Binacional. Os posicionamentos das pessoas que conduzem o projeto não refletem necessariamente a opinião institucional do UNFPA no Brasil ou da ITAIPU Binacional.

DIRETOR-GERAL BRASILEIRO DE ITAIPU BINACIONAL
Joaquim Silva e Luna

REPRESENTANTE DO UNFPA NO BRASIL
Jaime Nadal

OFICIAL DE PROGRAMA DA ÁREA DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA
E DIREITOS DO UNFPA NO BRASIL
Anna Cunha

PESQUISA E CONTEÚDO
Anna Cunha
Cíntia Cruz
Georgia Silva

EQUIPE EDITORIAL
Revisão e edição de textos: Anna Cunha e Paola Bello
Design Gráfico: Paola Bello
Ilustrações: Yggor Araújo
Tiragem: 550 exemplares

Foz do Iguaçu, julho de 2019.

Módulo 2

Corporalidades e Afetividades

O primeiro módulo de capacitação do projeto Prevenção e Redução da Gravidez Não Intencional na Adolescência teve como foco Adolescências e Direitos. Nele, foi possível trabalhar habilidades simples, como olhar e escutar, como uma potência no exercício das funções cotidianas e no atendimento de adolescentes em diferentes frentes, como educação, saúde, assistência social, cultura e esportes.

Ao trabalhar com adolescentes, temos a tarefa cotidiana de buscar garantir o exercício pleno de seus direitos, e isso exige constante reflexão, livre de julgamentos e preconceitos.

Nessa jornada, convidamos você para o segundo módulo, que traz como tema **Corporalidades e Afetividades**.

E lembre-se: materiais complementares a este módulo de capacitação estão disponíveis em <http://bit.ly/referencias-oficina2>

Dúvidas, questionamentos e diálogos podem ser encaminhados para o endereço eletrônico: fozdoiguacu@unfpa.org.br



Corporalidades e Afetividades

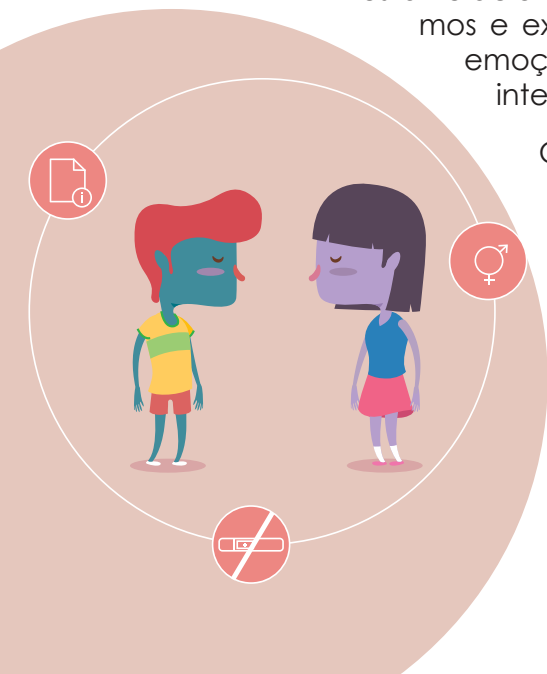
Uma das grandes questões que envolvem o tema do corpo, sexualidade e afeto tem sido a diversidade de pontos de vista sobre o que define esse campo.

A sexualidade é algo inseparável da vida e da saúde física e mental, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Não é algo dado e imutável, sendo também uma construção histórica e social sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações.

Dessa forma, pode-se entender que a sexualidade está relacionada com a forma como sentimos e expressamos nossos sentimentos e emoções; como pensamos, agimos e interagimos.

Com relação ao ciclo de vida, os seres humanos nascem como sujeitos sexuados e vivenciam a sexualidade de maneira diferente de acordo com cada etapa. Está relacionada com o amor, ternura e afetos. Não se trata apenas do ato sexual em si.

Historicamente, a sexualidade se constituiu como a base do processo civilizatório, com



o foco na reprodução. Assim, ela englobou uma dinâmica de comportamentos, ensinados e aprendidos.

A partir dos anos de 1960, principalmente com os movimentos de mulheres que reivindicavam emancipação, de negros contra o racismo e da comunidade LGBT contra a violência, fortaleceu-se uma visão da sexualidade e corporalidade no campo dos direitos e da superação de opressões e abusos.

O movimento de mulheres organizadas buscava autonomia de seus corpos, a possibilidade de uma vivência plena e saudável. Nessa mesma fase, outros grupos também se organizavam em torno de processos auto-afirmativos: pessoas negras se articulavam em defesa de uma estética própria, por exemplo, e a comunidade LGBT se organizava em torno da defesa de suas vidas, do direito a existir.

A esfera da sexualidade contempla, portanto, a dimensão do prazer, mas também contempla desigualdades e opressões. Como resultado de um processo histórico, tem sido influenciada pela ação de instituições, como a escola, espaços religiosos, mídia e família.

E ela já foi vista também como algo impuro e que deveria estar focada na reprodução. Concepções como essas podem limitar diálogos entre pais e filhos, entre profissionais de saúde e pacientes, tornando-se um tema obscuro, vivenciado, mas não abordado.

Os fóruns internacionais, em particular o ciclo de conferências sociais das Nações Unidas, tornam mais visíveis a complexa dimensão social e política da relação entre sexualidade, saúde, construção de cidadania e o exercício efetivo de direitos.

As discussões e políticas para a promoção da Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva podem ser consideradas como um enorme avanço nos campos de direitos e desenvolvimento.

Saiba mais: no link <http://bit.ly/referencias-oficina2> você encontra materiais adicionais sobre este assunto.

Sexualidade e Afetividade na Adolescência

Diversas agências do sistema ONU entendem população adolescente como o grupo de idade entre 10 e 19 anos, de acordo com as categorias adotadas por esses organismos internacionalmente. Em âmbitos nacionais, essa categoria pode variar e, no caso brasileiro, a adolescência é legalmente entendida na faixa dos 12 anos até os 18 anos incompletos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Projeções populacionais do IBGE estimam para 2019 cerca de 31 milhões de adolescentes (10-19 anos) no Brasil, e 1.6 milhões somente no estado do Paraná. Essa é uma população de proporções consideráveis e que precisa receber os investimentos necessários para que possam ter seus direitos garantidos como adolescentes e realizar uma transição segura e saudável para a vida adulta.


Esses esforços incluem a garantia de que a população de adolescentes possa contar com informações precisas e confiáveis sobre corpo, saúde e sexualidade, segundo abordagens que considerem esses e essas adolescentes como sujeitos de direitos e agentes de desenvolvimento, e que respeitem os seus direitos humanos e a saúde sexual e reprodutiva.

Esses investimentos também deveriam englobar a oferta de recursos educacionais que possam ir além do aspecto cognitivo, incluindo a construção



de habilidades para a vida, o empoderamento de meninas e a corresponsabilidade masculina, para que possam tomar decisões voluntárias, informadas e responsáveis. Também incluem o acesso a insumos de saúde reprodutiva, como preservativos e contraceptivos, e a oferta de serviços de saúde de qualidade e acolhedores para adolescentes, respeitando aspectos como privacidade, acolhimento e autonomia.

Devem, ainda, considerar o fortalecimento de trajetórias de adolescentes e jovens, para que tenham perspectivas e oportunidades e vivam sem discriminação ou violência. Por fim, os esforços devem incluir marcos legais e redes de proteção e assistência, além de uma política de monitoramento e avaliação permanente voltada a prover informação atualizada que permita reorientar as ações do setor público.



Historicamente, instituições como a família, a mídia e a escola têm sido esferas que produzem e reproduzem os padrões que orientam a existência dos corpos na vida em sociedade. Isso significa dizer que são esses os espaços de aprendizagem de um *modus operandi*, de um ser ou estar quando pensamos a organização da vida em comunidade.

Partindo do princípio de que ensinamos ou produzimos conhecimento acerca da experiência que vivemos, é importante pensar sobre as limitações que tanto a família quanto a escola têm apresentado no que se refere à educação de adolescentes. A referência a escola aqui se dá pelo papel que a instituição exerce no processo de formação das pessoas.

É comum os professores reconhecerem a dificuldade em trabalhar sobre sexualidade e afetividade em sala de aula (ver Rua e Abramovay, 2001, e Castro e Abramovay, 2003). Essa problemática, segundo Warken (2003), se associa a questões complexas, de cunho existencial e institucional, como o fato de que os próprios professores, muitas vezes, terem dificul-

dade de lidar com essa questão em suas vidas. As dúvidas vão além da informação, passando por experiências de vida pessoal, íntima, sendo que os professores sentem-se, muitas vezes, constrangidos a se posicionarem.

O desenvolvimento de habilidades para a vida, que auxiliem adolescentes a contarem com as informações, habilidades e atitudes necessárias para uma visão positiva e saudável da sexualidade e do corpo são temas que pedem políticas públicas, com parcerias entre governo, serviços públicos e sociedade civil.

Isso significa incluir ações específicas como uma capacitação mais qualificada para os professores; promover uma maior proximidade com os pais; potencializar com os alunos uma abertura ao diálogo com possibilidades de se compreender corpo e afeto de novas formas, propiciando uma cultura de prevenção atrelada à ética de convivência, ao respeito, ao prazer, ao sentimento.

Nesse sentido, ressalta-se que também a afetividade pode ser trabalhada junto a adolescentes para a incorporar o cuidado consigo e com o outro, o respeito mútuo, a valorização do consentimento, a promoção de relações respeitadas e identificação e prevenção de interações violentas e abusivas. Esse processo pode promover mudanças de atitudes e comportamentos que contribuam para o empoderamento feminino, desconstrução de masculinidades tóxicas e violentas, além da promoção da corresponsabilidade e da ética do cuidado.

Referências:

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Avaliação das ações de prevenção às DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras. Brasília: UNESCO: Ministério da Saúde, 2001.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Marcas de gênero na escola, sexualidade e violências/discriminações representações de alunos e professores. 2003.

WARKEN, R. A escola e a sexualidade. 2003.

Conceitos e definições

Saúde Sexual

A saúde sexual é um estado de bem-estar físico, mental e social em relação à sexualidade. Requer uma abordagem positiva e respeitosa da sexualidade e das relações sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação e violência. Para que a saúde sexual seja alcançada e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e cumpridos. (Organização Mundial da Saúde)

Saúde Reprodutiva

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos.

A saúde reprodutiva implica que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei. Também envolve o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio.

De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como o conjunto amplo de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis. (Programa de Ação do Cairo, 1994)

Exercitando aprendizados

Trabalhar com adolescentes exige características como empatia, escuta e abertura ao aprendizado. Também envolve o desprendimento de vergonhas e tabus. Entender as diferentes nuances da sexualidade e dos tipos de afeto é um passo importante nesse sentido. Por isso, convidamos você a mais uma vez exercitar os aprendizados em seu ambiente de trabalho, por meio da observação. A seguir, alguns pontos que podem ajudar você a analisar o ambiente e a refletir sobre o que pode melhorar para se tornar um local mais amigável para adolescentes.

- Em seu ambiente de trabalho há fluxo ou presença diária de adolescentes?
- Como adolescentes costumam demonstrar suas afetividades?
- Como você costuma reagir às essas afetividades? Vê com receio/preocupação? Busca estimular que expressem ou manifestem seus sentimentos, sem medo de julgamentos?
- Você considera que seu ambiente de trabalho é um local onde adolescentes sentem segurança em falar sobre sexualidade e afetividades? Há profissionais dedicados a aconselhamentos ou que possam tirar dúvidas?
- Há adolescentes em seu ambiente de convivência que usem nome social? Se sim, ele é respeitado? Se não, você acha que essa demanda realmente não existe, ou existe, mas há receio em atendê-la?
- O que você acha que poderia ser feito para tornar o local mais amigável e onde adolescentes possam sentir confiança em falar sobre afetividades e sexualidade?





Fundo de População
das Nações Unidas

Saiba mais em bit.ly/unfpa-itaipu